



CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO – UNIBRA
CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM

CHARLENE MARIA FERREIRA
FABIOLA RICHELLY FERREIRA REIS
MARIA ELOÍSA SIMÕES BEJAMIN
LÊDA DAYANA SILVA DE SOUZA
RANIERLY RÁRANE DE O. FERREIRA

**ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM FORENSE DIANTE DA VIOLÊNCIA SEXUAL
NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

RECIFE
2022

CHARLENE MARIA FERREIRA
FABIOLA RICHELLY FERREIRA REIS
MARIA ELOÍSA SIMÕES BEJAMIN
LÊDA DAYANA SILVA DE SOUZA
RANIERLY RÁRANE DE O. FERREIRA

**ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM FORENSE DIANTE DA VIOLÊNCIA SEXUAL
NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Artigo apresentado ao Centro Universitário Brasileiro –
UNIBRA, como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Enfermagem.

Orientador: Professor Mestre Kalhil Gibran Melo de Lucena.

RECIFE
2022

Ficha catalográfica elaborada pela
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 1745.

A883 Atuação da enfermagem forense diante da violência sexual na sociedade
brasileira. / Charlene Maria Ferreira [et al]. Recife: O Autor, 2022.
35 p.

Orientador(a): Me. Kalhil Gibran Melo de Lucena.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário
Brasileiro – UNIBRA. Bacharelado em Enfermagem, 2022.

Inclui Referências.

1. Forense. 2. Violência. 3. Tratamento. 4. Cuidados de Enfermagem. I.
Reis, Fabiola Richelly Ferreira. II. Bejamin, Maria Eloísa Simões. III. Souza,
Lêda Dayana Silva de. IV. Raniery Rárane de O.. V. Centro Universitário
Brasileiro - UNIBRA. VI. Título.

CDU: 616-083

Dedicamos este trabalho a nossa família, pais, filhos e maridos.

AGRADECIMENTOS

À Deus pois sem a permissão dele nada seria possível.

Aos nossos familiares que sempre nos apoiaram a acreditar em nossos sonhos e nos deram forças para buscar nossos objetivos.

Ao nosso Orientador Professor Mestre Kalhil Gibran Melo de Lucena que dedicou seu tempo e sua paciência para nos ajudar na construção deste artigo.

Aos professores de sala de aula que contribuíram para nossa formação profissional, nos passando um pouco de seus conhecimentos.

Aos nossos preceptores de estágios que nos trouxeram vivência hospitalar. À nossa Coordenadora Acadêmica Wanuska Portugal que nos orientou durante toda nossa jornada acadêmica.

*A Enfermagem é uma arte; e para
realizá-la como arte, requer uma
devoção tão exclusiva, um preparo tão
rigoroso, quanto a obra de qualquer
pintor ou escultor; pois o que é tratar
da tela morta ou do frio mármore
comparado ao tratar do corpo vivo, o
templo do espírito de Deus? É uma das
artes; poder-se-ia dizer, a mais bela
das artes!*

(Florence Nightingale)

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	12
1.1.Justificativa.....	14
1.2 Problema de Pesquisa / Pergunta Condutora.....	14
1.3.Hipótese.....	14
1.4.Objetivos.....	14
1.4.1. Objetivos gerais.....	14
1.4.2. Objetivos específicos.....	14
2. DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....	15
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
6. REFERÊNCIAS.....	32

ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM FORENSE DIANTE DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA

CHARLENE MARIA FERREIRA
FABIOLA RICHELLY FERREIRA REIS
MARIA ELOÍSA SIMÕES BEJAMIN
LÊDA DAYANA SILVA DE SOUZA
RANIERLY RÁRANE DE O. FERREIRA

Orientador: Professor Mestre Kalhil Gibran Melo de Lucena

Resumo

A Enfermagem Forense é a aplicação das técnicas de enfermagem em questões judiciais. Dessa forma, ocorre uma junção da ciência da enfermagem com os aspectos forenses no cuidado à saúde. A especialização do campo da saúde forma profissionais altamente qualificados a prestar um atendimento ético e de qualidade às vítimas de violência. O profissional é importante em todas as etapas do atendimento. A sua atuação é requisitada da atenção básica até as emergências. A enfermagem forense foi reconhecida no Brasil em 2011 por meio da Resolução do COFEN de nº 389. Enfermeiras especializadas na área forense encontram diversas oportunidades no ambiente profissional. é possível trabalhar em escolas, na comunidade, nos hospitais, especialmente no setor de emergência, nos centros de saúde e instituições médico-legais. A presença das profissionais será fundamental em qualquer ambiente que possua pessoas em situação de violência.

Palavras-chave: Forense; Violência; Cuidados de Enfermagem.

Abstract

Forensic Nursing is the application of the nursing techniques in question. In this way, there is a Science of nursing with aspects in health care. Expertise in the field of highly professional and quality healthcare will provide victim care. The professional is important at all stages of care. Its performance is required by primary care up to emergencies. Forensic nursing was recognized in Brazil in 2011 by Cofen Resolution no.389. Nurses specializing in the forensic area find several opportunities in the professional environment. It is possible to work in schools, in the Community, in hospitals, especially in the emergency sector, in health centers and medico-legal institutions. The presence of professionals will be essential in any environment that has people in situations of violence.

1. INTRODUÇÃO

A enfermagem Forense teve início nos EUA na década de 1990, uma especialidade já reconhecida no Brasil desde 2011. Um enfermeiro forense é responsável por prestar assistência especializada a vítimas dos mais variados tipos de violência e aos agressores, devem estar preparados para lidar com os traumas físicos, psicológicos e sociais de cada caso ou desastre em massa. Além disso, devem dominar o conhecimento sobre os sistemas legais, recolher provas, prestar depoimentos em tribunais. São profissionais que geram conexão entre a legislação e as ciências da saúde e podem realizar atuação profissional em áreas como: investigação da morte, enfermagem psiquiatria forense, preservação de vestígio, consultoria, enfermagem forense carcerária. (Resolução 389/11)

Em meados de março de 2016, iniciou em Pernambuco curso de pós graduação lato sensu em Enfermagem Forense do país coordenado pelo enfermeiro Gilmar Júnior e devidamente credenciado pela Associação Brasileira de Enfermagem Forense (ABE Forense). Foi realizado pela Faculdade Redentor Instituto de Desenvolvimento Educacional (IDE). O módulo de abertura foi com a Presidente da ABE Forense, Zenaide Cavalcanti. Entre os docentes esteve à enfermeira e advogada Irene Ferreira, vice-presidente do Cofen (CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO, 2016).

Diante da realização desta pesquisa acadêmica será realizada uma análise de artigos com as regulamentações para esclarecer a atuação e competências da Enfermagem Forense e suas específicas áreas auxiliando na promoção da justiça na sociedade. Observa-se que será possível constatar que o/a enfermeiro; a está capacitado e tem uma importância relativa na sociedade diante deste contexto (REVISTA SAÚDE EM FOCO – EDIÇÃO nº 11 – ANO: 2019).

Destaca-se a Lei nº 12. 845 de 1º de agosto de 2013, garantindo-se o atendimento integral e multiprofissional às vítimas de violência sexual em todos os hospitais do SUS, pretendendo-se sanar os danos físicos e psicológicos. Percebe-se, porém, que só têm sido contemplados os danos físicos como os 5 possíveis ferimentos, sendo preciso mais do que atender a essas necessidades para se fornecer uma assistência de qualidade, o que leva a refletir sobre a importância de ter uma especialização que saiba lidar com essa situação. (SANTOS, et al 2018)

A Ciência da Enfermagem Forense combina a abordagem clínica a pessoas vítima de violência como a investigação relativa à procura de vestígios dessa situação. O enfermeiro está numa posição única para identificar, avaliar e cuidar das vítimas e para fomentar a preservação, recolha a documentação de vestígios com relevância médico-legal. Desta forma, torna-se imperioso dotar os estudantes de enfermagem, na qualidade de futuros enfermeiros, de conhecimentos sobre os princípios das ciências forenses, de modo a promover a sua aplicação na prática clínica de

enfermagem, assegurando o respeito pelos direitos das vítimas e contribuindo para a aplicação da justiça. (LIBÓRIO, et al 2012).

No Brasil, as primeiras discussões científicas abordando a especialidade surge em 2009 com o artigo “Enfermagem Forense: uma especialidade a conhecer”, fruto do trabalho de duas enfermeiras brasileiras, Karen Beatriz Silva e Rita de Cássia Silva. O objetivo do artigo era relatar o papel do enfermeiro forense nos EUA e suas diferentes áreas de atuação: hospitais, tribunais de justiça, comunidade e comitês de ética de serviços de saúde; além disso, nas atividades educativas para indivíduos ou grupos com comportamentos de risco, tais como abuso de álcool e outras drogas e, principalmente, na prevenção das diversas formas de violência. De acordo com as autoras, a base holística da enfermagem favorece a formação do vínculo com as vítimas e estabelece relações de confiança, facilitando a cooperação com o exame forense. (SILVA, et al., 2014.)

No ano de 2011, a enfermagem forense foi reconhecida como especialidade, mas só em 2017 que as áreas de atuação foram regulamentadas. De acordo com a Resolução Cofen (2017), é Enfermeiro Forense: 6

[...] o bacharel em enfermagem, portador do título de especialização lato ou stricto sensu em enfermagem forense emitido por Instituição de Ensino Superior (IES) reconhecida pelo MEC, ou concedido por Sociedades, Associações ou Colégios de Especialistas, registrado no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais, de acordo com a Resolução Cofen nº 389/2011 [...] (COFEN, 2017, art.1).

No Brasil, o enfermeiro forense pode atuar em 8 (oito) diferentes áreas, como as que se encontram descritas abaixo:

- ✚ ÁREA 1 – Violência Sexual;
- ✚ ÁREA 2 – Sistema Prisional;
- ✚ ÁREA 3 – Psiquiatria Forense;
- ✚ ÁREA 4 – Perícia, Assistência técnica e consultoria;
- ✚ ÁREA 5 – Coleta, Recolha e preservação de vestígios;
- ✚ ÁREA 6 – Pós-Morte
- ✚ ÁREA 7 – Desastre em massa, missões humanitárias e catástrofes;
- ✚ ÁREA 8 – Maus tratos, traumas e outras formas de violências nos diversos ciclos da vida;

Em suma, pode-se constatar que o exercício dessa profissão inúmeras vezes envolve o toque humanizado proporcionando ao paciente a sensação de proteção, apoio e cuidado agindo em sua reabilitação e gerando a confiança que proporciona a criação do vínculo profissional/cliente. (BRANCO, et al., 2012)

1.1. Justificativa

No Brasil em 2011, a Enfermagem Forense foi reconhecida como especialidade pelo Cofen, mesmo já obtendo reconhecimento a um determinado tempo na sociedade, contudo, pode-se ouvir falar nessa perspectiva com uma frequência menor quando comparada com outras especializações, tanto no âmbito hospitalar como entre os profissionais de saúde e universitários da área.

Portanto, neste artigo apresenta-se a importância da área forense, à enfermagem não só de esfera criminal como também em urgências e emergências, PSF/UBS, dentre outros campos.

É possível acolher e prestar auxílio com uma maior qualidade diretamente às vítimas de violência sexual quando se tem uma visão mais holística e pericial referente à situação, podendo antecipar a análise familiar colhendo vestígios e evidências, localizando rapidamente o agressor na intenção de reduzir a probabilidade de uma nova exposição a essa vítima. E a Enfermagem terá um importante papel de atuação nesse contexto.

1.2. Problema de Pesquisa / Pergunta Condutora

Qual deve ser a atuação e os cuidados da Enfermagem Forense na perspectiva dos pacientes acometidos pela violência sexual?

1.3. Hipótese

A enfermagem se apresenta como uma profissão necessária na equipe multidisciplinar de saúde frente à violência sexual no Brasil diante o manejo clínico e nos aspectos sociais desse paciente.

1.4. Objetivos

1.4.1. Objetivo geral

Fazer um levantamento com base em artigos científicos, com finalidade de compreender o motivo pelo qual essa especialização se fez necessária na enfermagem.

1.4.2. Objetivos específicos

- Refletir sobre a relevância da área forense na assistência de enfermagem.
- Discutir sobre a importância do enfermeiro forense diante do contexto de vítimas de violência sexual.

2. DELINEAMENTO METODOLÓGICO

A presente pesquisa foi realizada a partir de uma revisão bibliográfica, que teve como objetivo averiguar publicações de pesquisadores/profissionais da área da saúde diante da atuação do enfermeiro(a) forense à violência sexual na sociedade brasileira.

A coleta de dados ocorreu no período de fevereiro a novembro do ano de 2022. Consequentemente, foi feita uma seleção de artigos pertinentes à temática supracitada diante de uma leitura criteriosa das publicações. Tal leitura foi realizada de forma a caracterizar as produções científicas e a identificar as categorias relevantes na produção acadêmica sobre o presente tema. Por sua vez, tais categorias sofreram um processo de análise e interpretação de sua relevância.

Como foi dito no parágrafo acima, este Trabalho de Conclusão de Curso fundamentou-se na possibilidade metodológica da revisão bibliográfica, que segundo o autor Antônio Carlos Gil (2013), é um tipo de metodologia de investigação acadêmica que permite reunir e sintetizar resultados de múltiplos estudos embasados em publicações diversas, como artigos científicos, livros, anais de congressos e etc. Além disso, esse é um estudo descritivo, porque compõe a maior parte das pesquisas consideradas de origem conclusiva devido à sua natureza quantitativa, desse modo, segundo Vergara (2000), a pesquisa descritiva expõe as causas de determinados problemas, podendo também estabelecer correlações entre variáveis e redefinir sua natureza de averiguação científica.

Consequentemente, a pesquisa qualitativa, ainda de acordo com Vergara (2000), trabalha com o universo de significados, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos de pesquisa que não podem ser reduzidos meramente à operacionalização de variáveis.

Dessa forma, este estudo caracterizou-se por ser uma revisão bibliográfica de natureza descritiva e método qualitativo, constituído de levantamento bibliográfico exploratório, ensejando pesquisa científica, que segundo Cardoso et. al. (2007) esta é uma possibilidade que consiste em mais amplitude das análises e dados que permitem uma fonte indispensável enriquecida de

informações correlatas e relevantes, coletando e sintetizando informações para formar e ordenar ideias sobre a temática escolhida.

Diante desta perspectiva, o presente estudo, a atuação do enfermeiro(a) forense diante a violência sexual na sociedade brasileira, se desenvolveu por meio de buscas online/virtuais que atendessem os critérios pré-estabelecidos nas positivas bases de dados, tais como: Livros (Biblioteca UNIBRA), Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Scielo, Google Acadêmico, bem como revisão de revistas científicas e cadernos e guias produzidos e publicados pelo Ministério da Saúde.

É importante ressaltar também que foram utilizadas para os levantamentos de problematizações acadêmicas os descritores seguintes, pesquisados isoladamente e/ou agrupados, como violência sexual, formas de prevenção e cuidados de enfermagem com vítimas de diversas formas de violências, etc., assim, com essa estratégia, houve uma captação de um número maior de referências, garantindo a detecção da maioria dos trabalhos publicados dentro do tema abordado.

Outro ponto que merece ser mencionado fica por conta da realização da identificação dos artigos acadêmicos em que foram determinados os seguintes critérios de inclusão e análise: Artigos publicados no período de 2009 até 2019, que estão disponíveis na íntegra e publicada na língua portuguesa, sendo excluídos aqueles que não atenderam ao objetivo geral ou específico sobre a temática desenvolvida em questão.

Foram buscados estudos que responderam à pergunta norteadora e ao objeto dessa pesquisa e que apontam dados referentes a *Atuação do(a) Enfermeiro(a) forense diante violência sexual na sociedade brasileira*, entretanto, buscou-se indicadores e subsídios, baseados na evidência científica, para a reflexão e entendimento dos cuidados de Enfermagem estabelecidos que possam minimizar a carga, prevenção e o controle desses casos de violência.

Na perspectiva da organização dos dados investigativos, tivemos como leitura aprofundada textos que fossem condizentes a esta temática de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) supracitada, contemplando aspectos gerais sobre o objeto de estudo.

O propósito do produto final deste trabalho foi obter um entendimento mais específico sobre o assunto supracitado, baseando-se em estudos anteriores que

concentrem uma avaliação oriunda das evidências dos dados relevantes disponíveis diante da perspectiva da *atuação do(a) Enfermeiro(a) forense diante a violência sexual na sociedade brasileira*, identificando fatores que intencionaram preencher as lacunas que direcionaram o desenvolvimento, definiram informações, categorizaram os estudos e análise dos resultados para facilitar o entendimento e a organização dos dados problematizados acerca da doença e o papel do enfermeiro(a) neste contexto.

Diante de todo esse cenário, de investigação científica, é possível elucidar que realizar um levantamento bibliográfico é se apropriar intelectualmente com o conhecimento coletivo de uma dada área do conhecimento, buscando-se ir além do que já se foi produzido academicamente sobre a temática em questão. Assim, tal procedimento metodológico nos proporcionou munir-se com condições cognitivas apropriadas para o desenvolvimento de um estudo em que tivemos a oportunidade de construir reflexões, problemas e hipóteses de pesquisa, no intuito de contribuir com nossa área de atuação profissional (Enfermagem).

Finalmente, concluída esta etapa metodológica da presente pesquisa, pode-se elucidar que foi possível realizar este estudo através de levantamento de informações específicas e relevantes diante do contexto da atuação do enfermeiro(a) forense diante a violência sexual na sociedade brasileira, com a realização de leituras significativas. As informações aqui filtradas e problematizadas foram disponibilizadas de modo que a organização dessa produção acadêmica conseguisse dar ênfase ao tema principal, considerando a frequência de cada aspecto e respeitando os impactos éticos da pesquisa.

Sendo assim, toda essa labuta científica foi organizada mediante as normas acadêmica exigidas, tendo as ideias dos autores referenciadas devidamente, não se aproveitando de cópias e/ou situações de plágios, nem se apropriando de direitos autorais indevidamente, sempre prezando pela conformidade da Resolução de pesquisa nº 466 de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012).

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) trata da perspectiva da atuação do enfermeiro(a) forense diante a violência sexual na sociedade brasileira, as violências sexuais constituem em um grande problema de saúde pública por ocasionar danos sócio econômicos e psicológicos a população principalmente entre mulheres, crianças e a parcela menos favorecida economicamente na desigual sociedade brasileira.

Diante desse panorama, violência sexual, de acordo com Santos et. al. (2018) merece ênfase, enquanto objeto de estudos, entre os profissionais da saúde, por ser uma temática pouco discutida e acessível em urgências e emergências.

Pode-se afirmar que violência sexual é uma conjuntura que se adequadamente orientada pode se prevenir diversos tipos de abusos e traumas físicos e psicológicos.

Já no que se diz respeito á violência sexual o pesquisador Drezett, J. (2004). ressalta que o abuso pode ser evitado de um jeito simples e claro para que a mulher e a criança entendam.

Um ponto que merece ser destacado aqui também fica por conta da violência sexual a partir da falta de informação, ausência de diálogos e educação sexual nas famílias e na escola, o acesso limitado e não democrático a saúde de qualidade no Brasil e o nível socioeconômico desfavorável de muitos brasileiros. Assim, diante desse contexto negativo observa-se que a violência sexual identificadas ou relevadas no contexto educacional descrevendo suas formas, incidências, perfil da vitima, do agressor, do responsável pela identificação e circunstância da revelação. (SILVIA REGINA et Al; 2008).

Consequentemente, a violência sexual é um ato de brutalidade que envolve maus-tratos, abuso físico, sexual e/ ou psíquico contra o sujeito, pressupondo as relações intersubjetivas e sociais determinadas pela opressão, intimidação e/ou pelo medo. MARILENA CHAÚÍ (1998).

Segundo AZEVEDO (2005), a violência sexual pode se dar de duas formas. Principalmente, com contato físico (com ou sem uso de força), através de toques apalpamentos, penetração (genital ou anal). Segundo, sem contato físico, englobando ligações telefônicas obscenas, ofensas ao pudor e voyeurismo, imagens pornográficas, assédio sexual e exibicionismo.

Ao se analisar a violência sexual de forma mais contextualizada, destaca-se a inadequação de isolá-la das intimidações constituídas como violência psicológica e violência física que, frequentemente, a acompanham, e cujos efeitos, algumas vezes, se inscrevem como agravantes maiores que os da própria violência sexual. Familiares perpetradores ameaçam suas crianças com ferimentos, morte ou abandono, caso a violência seja revelada (Kaplan & Sadock, 1990).

Segundo (Kristensen et al., 2001) As ameaças contribuem para a manutenção do segredo que, em muitos casos de violência intra-familiar, envolve todos os membros da família como cúmplices (Kristensen et al., 2001). A criança, além de não ser ainda capaz de compreender a gravidade e a amplitude da agressão de que é vítima, também não possui crítica desenvolvida para compreender o "jogo". Teme que o agressor relate a violência e que esta possa ser interpretada como uma atitude de indisciplina ou desobediência de sua parte, podendo, em decorrência disto, ser castigada ou perder o afeto de figuras parentais amadas.

Foi possível verificar seis modos pelos quais se deu a identificação da violência sexual: relato da vítima (36,36%), presença de sinais físicos (18,18%), faltas às aulas (18,18%), alteração de comportamento (13,63%), comportamento sexual inadequado (9,09%), e resposta a um questionário (4,54%). O relato verbal da violência foi o meio de identificação mais frequente, o que discorda da colocação de Williams (2004), que sugere que, entre as vítimas de violência sexual, poucas relatariam a violência a outras pessoas e, dentre estas, uma parcela ainda menor relataria o fato às autoridades. Em um estudo realizado por Kristensen et al. (2001), com meninos vítimas de violência sexual, para estes e seus familiares, revelar ou não a violência para outra pessoa esteve relacionada com a avaliação das consequências dessa revelação.

A atuação dos SANEs (Sexual Assault Nurse Examiners) no atendimento de vítimas de violência sexual, vão muito além do exame ginecológico detalhado e coleta dos vestígios forenses. Esses profissionais têm uma missão importante em acolher essas vítimas, em especial a população juvenil. Muitas vezes essa

minoria é julgada pelo tipo de violência que sofreram, ocasionando um grande sofrimento emocional, psicológico e físico, cabendo aos Enfermeiros Forenses em manter um bom relacionamento interpessoal para que as mesmas sejam acolhidas, protegidas e empoderadas para o enfrentamento da violência sexual.

Os SANEs têm total competência para uma abordagem qualificada e uma assistência especializada para atender as vítimas de violência sexual, principalmente adolescentes, que muitas vezes se sentem envergonhados por não conseguirem expressar seus sentimentos a respeito do que ocorreu. Portanto, é fundamental que a conduta dos Enfermeiros Forenses seja baseada na empatia, compreensão e do não julgamento, para que essas vítimas possam se sentirem confiantes em compartilhar algo tão delicado e traumático com aqueles que estão cuidando delas, salientando a relevância de ir a busca de capacitação para uma melhor abordagem a esses pacientes forenses. (MARCELO *et al* 2019)

O Projeto de Lei 3105/21 inclui a enfermagem no rol dos profissionais necessários ao atendimento das vítimas de violência sexual. Também determina que os hospitais devem instituir serviços em ciências forenses para acolher e examinar as vítimas, com registro das informações, coleta, recolha e preservação de vestígios.

A proposta altera a lei que garante atendimento integral e gratuito no Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência sexual (Lei 12.845/13).

Segundo as autoras, deputadas Greyce Elias (Avante-MG) e Carmen Zanotto (Cidadania-SC 2014), o profissional adequado para as atividades forenses no hospital é o enfermeiro forense. “É o profissional capaz de realizar o acolhimento e o cuidado de pacientes vítimas de violência, estando apto a reconhecer a existência de eventuais vestígios e a forma de preservá-los adequadamente”, explicaram.

A inclusão desses profissionais na equipe multidisciplinar de atenção às vítimas de violência sexual, segundo elas, vai permitir a descoberta de detalhes que são por vezes esquecidos por aqueles que não estão familiarizados com a área forense.

“Nossa proposta visa, em suma, comungar a atuação de profissionais da medicina, enfermagem, psicologia e assistência social para aprimorar e tornar mais efetivo o acolhimento das vítimas de violência sexual”, explicaram as autoras.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Acerca das vítimas de Violência Sexual, estudos nacionais e internacionais apontam ser o sexo feminino o mais suscetível à violência sexual e os homens os principais autores de agressão. Isso explica-se principalmente pela relação desigual de poder, em razão da opressão de gênero existente entre o binômio homem-mulher. Trata-se de práticas discriminatórias construídas ao longo do tempo e que se apresentam de diversas formas, sendo uma delas através da dominação dos corpos das mulheres, que as tornam mais suscetíveis a vivenciarem relações violentas (**Narvaz, & Koller, 2006**).

Também que entre as mulheres destacam-se características como: ser jovem, de raça/cor parda, solteira, estudante e de nível escolar inferior (**Andrade et al. 2001; Gomes et al., 2006; Justino et al., 2015**), como verificou-se nos achados deste estudo. No entanto, é importante ressaltar, apesar de não ser a ênfase deste trabalho, que a Violência Sexual não se restringe ao sexo masculino como agressor e que também os tornam vítimas, sendo principalmente crianças e adolescentes. Tal problemática ainda é pouco notificada e uma minoria dos casos chega aos serviços de saúde por questões relacionadas a medo, vergonha e estereótipos associados (**Justino et al., 2015**).

Dentre as formas de Violência Sexual, o estupro foi a forma de violência mais notificada, compreendendo que com a abrangência do crime de estupro, de modo a englobar o antigo crime de Atentado Violento ao Pudor (AVP) (Lei nº 12.015/2009), o crime de estupro passou a considerar também outras práticas libidinosas e não somente as que envolviam a “conjunção carnal” (**Brasil, 2009**). Deste modo, a análise feita por este estudo já contempla a reformulação da lei, apesar de que se observou que a ficha de notificação da violência utilizada pelo serviço hospitalar ainda datava de época anterior às alterações na lei, em que se apresentava como opção o item de AVP. Este fato

destaca que tanto a gestão do hospital como os profissionais responsáveis pelo preenchimento das fichas estavam alheios a essa mudança.

Sobre o autor da Violência Sexual, predominantemente do sexo masculino neste estudo, destacou-se por ser uma pessoa desconhecida por parte das vítimas, tendo agido sozinho, sob suspeita de uso de álcool ou outra droga e tendo utilizado como recurso para a agressão: força corporal, espancamento, ameaças, objetos cortantes, armas de fogo, entre outros. Segundo **Cerqueira e Coelho (2014)**, o indivíduo desconhecido passa a configurar paulatinamente como principal autor do estupro à medida que a idade da vítima aumenta, o que justifica a diferença de vínculo entre o agressor e mulheres adolescentes e adultas. **Facuri et al. (2013)** destacaram este aspecto, apontando que a violência por agressor conhecido (frequentemente intrafamiliar) está mais presente em mulheres mais jovens, além de menor taxa de procura por auxílio e maior número de atos praticados. Já em relação às mulheres adultas, a violência é mais frequentemente praticada por agressor desconhecido e são maiores as taxas de agressão física, de denúncia e de procura por auxílio.

A violência que predominou contra vítimas adolescentes foi a do tipo intrafamiliar em contraponto às mulheres adultas, corroborando os achados de outros estudos (**Facuri et al., 2013; Justino et al., 2015**), que apontam estarem as adolescentes mais suscetíveis à violência dentro do lar e por entes próximos. Observou-se que é mais frequente entre as adolescentes a coexistência de mais de um tipo de violência, como física, sexual e psicológica. De acordo com a literatura, quando a violência é do tipo intrafamiliar, maior pode ser o comprometimento à saúde das vítimas, pelo vínculo estabelecido com o agressor, pela frequência das agressões, pela intensidade do fato percebido pela vítima e pela maturidade para compreendê-lo (**Habigzang, & Koller, 2006; Williams, 2002**). Tais fatores podem justificar a maior diversidade de violência quando a vítima é adolescente, pela convivência que esta possui com o agressor.

Quanto às consequências da violência sexual, confirmaram-se os problemas de saúde já apontados em outros estudos, como estresse pós-

traumático, transtorno comportamental e gravidez (**Justino et al., 2015**), apesar de maior incidência da gravidez como consequência entre as vítimas. Tal fato pode estar associado ao não uso de preservativo por parte do agressor, assim como à demora quanto à chegada ao serviço de saúde, que, após as 72 h da ocorrência da violência, inviabiliza a administração da anticoncepção de emergência. Essa realidade permite refletir sobre o conhecimento dessas mulheres acerca dos serviços de saúde que prestam cuidados em situação de VS, bem como sobre a divulgação desses serviços e das questões emocionais, culturais, sociais que possam interferir nessa chegada ao serviço de saúde (**Bedone, & Faúndes, 2007; Mattar et al., 2007; Oliveira et al., 2005; Silva, Billings, Garcia, & Lara, 2009; Villela, & Lago, 2007**). Outra questão que pode estar associada é a forma de violência, visto que, quando a vítima convive com o agressor (violência intrafamiliar), mas suscetível ela pode estar a engravidar pela frequência com que ocorre a VS (**Cerqueira, & Coelho, 2014**).

Quando diagnosticada a gravidez, as adolescentes tenderam mais frequentemente a dar continuidade à gestação. Estudos apontaram que a interrupção da gestação se reduz quando a grávida é adolescente ou criança. Um dos motivos diz respeito à exigência da norma técnica do Ministério da Saúde (**Brasil, 2012**) que prescreve que o aborto para menores de 18 anos só deve ser feito quando a criança/adolescente e o seu responsável concordam. Nos casos de interrupção da gravidez em adolescentes, a família necessariamente é comunicada acerca da violência e da gestação, visto que a jovem não pode por si só requerer a interrupção da gestação sem a presença e assinatura de um responsável, ao contrário das mulheres adultas. Nesse sentido, a interferência da família no processo pode ser um fator a favor da continuidade da gestação. Outro motivo deve-se à alta prevalência de casos de estupro envolvendo crianças e adolescentes, nos quais os próprios familiares são os autores, sendo possível que a diferença na taxa de aborto entre menores de idade e adultos reflita esses fatos (**Cerqueira, & Coelho, 2014**).

Acerca dos encaminhamentos das vítimas dentro do próprio hospital e a serviços externos a este, os dados mostraram-se frágeis, apesar de terem sido identificados encaminhamentos ambulatoriais e de internação, bem como para

outros serviços tais como conselho tutelar, delegacia de proteção da criança e do adolescente e centro de referência da mulher. É importante destacar que a continuidade do atendimento à vítima e sua família, quando presente no caso, se torna essencial para minimizar os danos provocados pela ocorrência da violência, restaurar planos anteriores e excitar projetos futuros. Entre os serviços de proteção às vítimas e suas famílias estão os serviços de saúde, da assistência social, da educação, justiça, de segurança pública, o Ministério Público, a Defensoria Pública, as Varas da Infância e Juventude, Conselho Tutelar, as Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, entre outros, que devem ser utilizados pelo tempo que necessitarem (**Brasil, 2010; 2012**).

Por fim, observou-se que muitas das informações pertinentes ao preenchimento das fichas analisadas estiveram ausentes, incompletas ou incorretas, invalidando o item analisado. Portanto, verificou--se a fragilidade profissional quanto ao manejo das fichas, percebida em deficiência de conhecimento da temática, de responsabilidade para com o preenchimento e de disposição para escuta atenta e qualificada que garantam a qualidade das informações. Alguns estudos ressaltaram essa problemática, levantando a qualidade da informação das notificações, visto o nível elevado de ausência de registros em alguns campos da ficha (**Assis, Avanci, Pesce, Pires, & Gomes, 2012; Cerqueira, & Coelho, 2014**). O ato de notificar é um exercício de cidadania, que leva ao cuidado e à proteção da vítima. Também possibilita o conhecimento do perfil da violência para intervenção, prevenção, planejamento e avaliação de políticas públicas (**Veloso et al., 2013**). Por essas razões, considera-se importante a necessidade da sensibilização e treinamento dos profissionais para o preenchimento correto das fichas, fato que certamente trará benefícios para a rede de atendimento como um todo, principalmente para as vítimas de violência sexual (**Adriasola, 2013; Assis et al., 2012; De Zordo, 2012; Duarte, & Almeida, 2010; Farias, & Cavalcanti, 2012**).

Ano de Publicação/ Autor	Título	Objetivo	Síntese/ Considerações
SOUZA Marcelly M. dos Santos OLIVEIRA, Marconny V. Paes JESUS, Larissa Keylla Almeida 2016	Violência sexual contra a mulher e o papel do enfermeiro, revisão de literatura	Analisar, compreender e refletir acerca das repercussões no que se refere à mulher vítima de violência sexual nas literaturas avaliadas, nas dimensões: gênero, assistência à saúde, notificações e seus agressores.	A violência sexual contra a mulher vem crescendo nos últimos tempos, e os sistemas de informação ainda precisam ampliar suas potencialidades para dar alcance às questões de gênero, raça e cor, como também, os profissionais que prestam assistência/atendimen to a essas mulheres devem ser melhores capacitados, facilitando assim o reconhecimento dos casos dessa violência.
AMARIJO, Cristiane Lopes ACOSTA Daniele Ferreira SILVA, Camila	Factors associated with sexual violence against women: analysis of police reports	Conhecer o perfil das vítimas, dos agressores e caracterizar a violência sexual registrada em	A força física foi a intimidação mais utilizada para o estupro, tendo como principal palco a via pública. A maioria das vítimas realizou

<p>Daiane GOMES, Vera L. de Oliveira 2017</p>		<p>uma Delegacia da Mulher, entre agosto de 2009 e dezembro de 2011</p>	<p>perícia. Muitos aspectos culturais, crença se valores interferem ou inibem a denúncia de tais crimes. É responsabilidade da enfermagem atuar na recuperação, promoção e ações de prevenção.</p>
<p>SOUZA, Anne Caroline Dantas MARTINS, Iara Santos 2017</p>	<p>O enfermeiro e a preservação de vestígios nos casos de violência sexual</p>	<p>Investigar a preservação de vestígios pelo enfermeiro durante o atendimento de mulheres vítimas de violência sexual em um serviço de urgência e emergência do estado de Sergipe.</p>	<p>Embora os enfermeiros atuantes no serviço de emergência considerem importante a preservação e coleta de vestígios frente ao atendimento à mulher vítima de violência sexual, não se sentem preparados técnico e cientificamente para desempenhá-los</p>
<p>TRIGUEIRO, Tatiane Herreira SILVA, Marcelo Henrique</p>	<p>Psychological suffering in the daily lives of women who have experienced</p>	<p>Compreender o cotidiano de mulheres que sofreram violência sexual</p>	<p>Ações individuais e grupais de apoio psicossocial e social às mulheres em situação de violência sexual são essenciais</p>

<p>MERIGHI, Miriam A. Barbosa OLIVEIRA, Deíse Moura JESUS, Maria Cristina Pinto 2017</p>	<p>sexual violence: a phenomenologic al study</p>		<p>para auxiliar as vítimas o enfrentamento das consequências dessa vivência</p>
<p>SILVA, Neuzileny Nery Ferreira LEAL, Sandra Maria Cezar TRENTIN, Daiane VARGAS, Mara A. de Oliveira VARGAS, Caroline Porcelis VIEIRA, Letícia Becker 2017</p>	<p>Enfermagem em foco</p>	<p>Identificar como os enfermeiros da atenção básica atuam diante dos casos de mulheres em situação de violência, em um município no Pará.</p>	<p>A pesquisa pode contribuir para a visibilização da violência contra a mulher, no contexto da Atenção Básica, da região em estudo.</p>
<p>SANTOS, Silvana C. dos BARROS, Patricia A. DELGADO, Rafaella F. Araújo SILVA, Luiza Vanessa de Lima</p>	<p>Violência contra a mulher: como os profissionais na atenção primária à saúde estão enfrentando esta realidade?</p>	<p>Identificar as formas de assistência prestada pelos profissionais da atenção primária à mulher vítima de violência no</p>	<p>Percebeu-se certo distanciamento e um evidente sofrimento em atender uma demanda de complexidade ímpar. Faz-se necessário que os serviços de saúde deem maior ênfase</p>

<p>CARVALHO, Valdirene P. Silva ALEXANDRE, Ana Carla Silva 2018</p>		<p>município de Buíque (PE)</p>	<p>ao combate e à prevenção da violência, possibilitando assim a melhoria da assistência prestada ao cliente e aumentando o incentivo à cultura de paz</p>
<p>CAMPOS, Brisa TCHALEKIAN, Bruna PAIVA, Vera 2018</p>	<p>Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de sars- cov-2/covid-19 em São Paulo</p>	<p>Discutir os desafios da assistência à violência contra a mulher (VCM) no início da pandemia de SARS- CoV2/Covid-19</p>	<p>A pandemia apontou contexto de maior vulnerabilidade social a VCM, como falta de renda, fome, desemprego, somam- se à precariedade dos programas que a mitigariam - incluindo o e escolas que garantem alimentação, cuidados e educação. À acumulação das tarefas de cuidado, a casa, o e os doentes foram adicionados a insegurança e a doença por Covid-19.</p>
<p>BATISTA, Vanessa Carla BACK, Ivi</p>	<p>Perfil das notificações</p>	<p>Traçar o perfil dos casos de violência sexual</p>	<p>A violência sexual foi mais frequente em pessoas do sexo</p>

Ribeiro MONTESCHIO , Lorenna Vicentine Coutinho ARRUDA, Debora Cristina 2018	sobre violência sexual		feminino e atingiu todas as idades. Imperativo a necessidade de preenchimento das fichas de notificação.
SILVA, Ana Cristina Fernandes LOSACCO, Andrea Mathias MONTEIRO, Iuri Abrahão ABRAHÃO, Anelise Riedel 2020	Violência sexual por parceiro íntimo identificada em unidade básica do PSF	Identificar histórico de violência sexual e de sua associação com dados sociodemográficos, de saúde reprodutiva e sexual, entre as usuárias de três unidade do PSF.	A frequência de violência sexual era alta, com um parceiro íntimo e ex-parceiro, perpetradores primários, com ênfase na investigação da violência como estratégia familiar.
MACHADO, Dinair Ferreira ALMEIDA, M. A. Santini DIAS, Adriano BERNARDES, João Marcos CASTANHEIRA, A, Elen R. Lodeiro 2020	Violência contra a mulher: o que acontece quando a Delegacia de Defesa da Mulher está fechada?	Analisar as diferenças entre os casos de violência contra a mulher, formalizados em boletins de ocorrência (BO) na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) em um	Necessidade de realização de estudos em delegacias de polícia de grandes municípios para verificar a existência das diferenças apresentadas neste estudo, e apoiar as mudanças nas esquadras da defesa das mulheres para

		município de médio porte do interior paulista	melhorar como porta de entrada em direção à atenção em que avança a consolidação dos direitos das mulheres
--	--	---	--

Nessa perspectiva, a Violência sexual é a ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou a participar de outras relações sexuais com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal. Considera-se como violência sexual também o fato de o agressor obrigar a vítima a realizar alguns desses atos com terceiros. A violência sexual é um fenômeno universal, no qual não há restrição de sexo, idade, etnia ou classe social.

A violência sexual, em particular o estupro, atinge principalmente meninas, adolescentes e mulheres jovens em todo o mundo. Os estudos sobre o tema indicam que, na maioria das situações, ela é praticada por parentes, pessoas próximas ou conhecidas, o que torna esse crime mais difícil de ser denunciado. A violência contra a mulher, implica pensar que não resulta de interações individuais isoladas com os homens, nem que todos os homens são violentos, mas que é estruturada por um “sistema de dominação masculina que produz e reproduz, orienta práticas, comportamentos, instituições e normas”, além de condicionar a “experiência feminina” (BATISTA, 2018).

A violência sexual tem sequelas devastadoras nas esferas física e mental, em curto e longo prazo. A violência acarreta uma série de efeito na vida das mulheres, expressos por meio de uma complexidade de sentimentos e danos, como trauma emocional, medo, problemas físicos, a insônia, dificuldade em retomar a vida social, abuso de substância psicoativas, distúrbios reprodutivos e gravidez de alto risco causando danos psicológicos, podendo levar a depressão entre outras consequências que por vezes são irreparáveis (MACHADO et al., 2020).

Nos últimos anos, percebe-se um aumento expressivo de mulheres em situação de violência sexual urbana que apela precocemente aos serviços de saúde, principalmente às Unidades Básicas de Saúde (UBS). Além do que, nota-se Página378 que os profissionais estão mais próximos das mulheres e possuem melhores condições de acolhimento incluindo diretamente atenção no campo da saúde mental (SILVA et al., 2017). Em 7 de agosto de 2006, a Lei nº 11.340, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi, então, batizada de Lei Maria da Penha em homenagem a uma vítima da violência doméstica. A sobredita Lei criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme prevê art. 226, § 8º, da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, dispendo inclusive sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; além de estabelecer medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (JUSBRASIL, 2021).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Enfermagem forense tem uma atuação diversa, é inovadora e torna-se fundamental com o aumento das ocorrências de violência, no mundo atual. Portanto, é fundamental instituí-la nas emergências dispendo de programas de especializações profissionais para a execução das suas funções.

Diante da complexidade e do impacto da violência sexual na saúde Brasileira, o presente estudo vem contribuir para potencializar o envolvimento do enfermeiro na abordagem e na atenção baseadas no paradigma da proteção integral.

Evidencia-se a necessidade de incluir esse tema na formação do enfermeiro, no sentido de instrumentalizá-lo para a sua atuação junto à situação de violência sexual. Da mesma forma, revela-se imprescindível o envolvimento dos serviços de saúde, dos órgãos de classe e das instituições de ensino superior na qualificação dos profissionais de enfermagem para uma atuação comprometida e competente.

6. REFERÊNCIAS

- Adriasola, G. (2013). La objeción de conciencia y la interrupción voluntaria Del embarazo: cómo conciliar su ejercicio con los derechos de las usuarias? *Revista Médica del Uruguay*, 29(1), 47-57.
- Andrade, R. P., Guimarães, A. C. P., Fagotti Filho, A., Arrabal, N. S. C. J. S., Rocha, D. M., & Medeiros, J. M. (2001). Características demográficas e intervalo para atendimento em mulheres vítimas de violência sexual. *Revista Brasileira de Ginecologia Obstetrícia*, 23(9), 583-587. <https://doi.org/10.1590/S0100-72032001000900006>
- Bedone, A. J., & Faundes, A. (2007). Atendimento integral às mulheres vítimas de violência sexual: Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher, Universidade Estadual de Campinas. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(2), 465-469. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007000200024>
- Brasil. (2009, 10 de agosto). Lei Nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. *Diário Oficial da União*
- Benedito Geraldês Neto, Zaida Arora, Wilson Daher. A sífilis no século VVI– O impacto de uma nova doença–Setembro/2009.
- Brasil. Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Boletim Epidemiológico – Sífilis - Brasília: Ministério da Saúde -2019.

- Brenda Aguiar de França. Incidência de sífilis gestacional e congênita em pacientes da maternidade Dr Araken Irerê Pinto – Junho/2019.
- Carolina Vaz da Costa, Isabela Arcipretti Brait dos Santos, Joyce Matias da Silva, Thiago Fernandes Barcelos, Heloísa Silva Guerra. Sífilis congênita: repercussões e desafios – Julho/2017.
- Drezett, J. (2004). *Estudo de fatores relacionados com a violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres adultas*. Tese de doutorado não-publicada, Centro de Referência da Saúde da Mulher e de Nutrição, Alimentação e Desenvolvimento, São Paulo. Recuperado em setembro, 2004, disponível em <http://www.rhamas.org.br/tese1>
- Faúndes, A., Rosas, C. F., Bedone, A. J., & Orozco, L. T. (2006). Violência sexual: procedimentos indicados e seus resultados no atendimento de urgência de mulheres vítimas de estupro. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, 28(2), 126-135. <https://doi.org/10.1590/S0100-72032006000200009>
- Gomes, M. L. M., Falbo Neto, G.H., Viana, C. H., & Silva, M. A. (2006). Perfil clínico-epidemiológico de crianças e adolescentes do sexo feminino vítimas de violência atendidas em um Serviço de Apoio à Mulher, Recife, Pernambuco. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 6(suppl 1), S27-34. <https://doi.org/10.1590/S1519-38292006000500004>
- Health off Humans3 (2),12-20, 2021; Enfermagem Forense: atuação do enfermeiro à mulher vítima de violência sexual, BARROS et al., 2021.
- Isadora Maria Delmiro Silva, Eliane Maria Medeiros Leal, Hélder Freire Pacheco, José Gilmar de Souza Júnior, Filipe Santana da Silva - Perfil epidemiológico da sífilis congênita - Revenferm UFPE online, - Março/2019.

- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança; Atlas da violência; CARDOSO et al., 2021.
- Jacqueline Targino Nunes, Ana Caroline Viana Marinho, Rejane Marie Barbosa Davim, Gabriela Gonçalo de Oliveira Silva, Rayane Saraiva Felix, Milva Maria Figueiredo de Martino. Sífilis na gestação: perspectivas e condutas do enfermeiro - Revenferm UFPE online, Dezembro/2017.
- José Antonio da Silva Feitosa, Carlos Henrique Roriz da Rocha, Fernanda Salustiano Costa. Artigo de Revisão: Sífilis congênita – Março/2016.
- Layala S. Goulart; Carolina L. F. Silva; Priscila M. M. Fiorin; Margarete K. Mendonça. Intervenções de enfermagem na atenção básica em um caso de sífilis gestacional: relato de experiência - Novembro/2016.
- Maristela Inês Osawa Vasconcelos, Kilvia Maria Carneiro de Oliveira, Ana Hirley Rodrigues Magalhães, Raquel Xavier Guimarães, Maria do Socorro Carneiro Linhares, Maria Veraci de Oliveira Queiroz, Izabelle Mont'Alverne N. Albuquerque. Sífilis na gestação: estratégias e desafios dos enfermeiros da atenção básica para o tratamento simultâneo do casal- Outubro/2016.
- Mayanne Santana Nóbrega de Figueiredo; Edilma Gomes Rocha Cavalcante; Célida Juliana de Oliveira, Maria de Fátima Vasques Monteiro; Glauberto da Silva Quirino; Dayanne Rakelly de Oliveira. Percepção de enfermeiros sobre a adesão ao tratamento dos parceiros de gestantes com sífilis - Junho/2015.
- Mirna Neyara Alexandre de Sá Barreto Marinho; Juliana Alexandra Parente Sá Barreto. Sífilis na gestação: a atuação de enfermeiro (a)s da estratégia saúde da família - Junho/ 2013.

- .MINAYO, MCS. Violência e saúde [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006; Temas em Saúde collection. 132 p. ISBN 978-85-7541-380-7. Available from SciELO Books , MANAYO, et al. 2016.
- PEREIRA, Daniana Martins; SANTOS, Joelma Fonseca dos; COSTA, Liliane Coelho da; BORGES, Nicácia Martins Pereira Madeira, VIEIRA, Sinara Helena Basques; FERREIRA, Lucinete Duarte dos Santos. A importância do enfermeiro na prevenção das dst's com ênfase na sífilis na atenção primária – 2018.
- Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos LEI Nº 12.845, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.; ROUSSEFF, et al., 2013
- Repins Faema Repositório institucional) O suporte materno mediante ao abuso sexual infantil: um estudo da concepção das mães sobre a rede de atendimento. SILVA et al., 2020.
- Revista Eletrônica Acervo Saúde, e1015-e1015,2019, Estado da arte da Enfermagem forense no cenário atual da saúde, SANTOS, et al., 2019.
- Revista Saúde em foco – Edição nº 11 – Ano: 2019; COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL: COM ÊNFASE NA EQUIPE DE SAÚDE, CONCEIÇÃO, et al., 2019
- Revista Brasileira de Enfermagem,REBEn, Atuação da enfermagem frente à violência Sexual, SILVA,et al., 2010/2011
- Talita Araújo Cardoso, Eliseu Pereira Miranda, Vera Lucia Teodoro dos Santos, Vinicius dos Reis Silva, Rosângela SilqueiraHickson Rios. A importância do enfermeiro no acompanhamento de gestante diagnosticada com sífilis - Revista Pensar Saúde, Vol.1, No.1, Janeiro/2019.

- Tereza Cristina Araújo da Silva; Ana Manuelle Leitão Pereira, Héli da Ravena Gomes da Silva, Laís Carvalho de Sá, Danieli Maria Matias Coêlho, Mariângela Gomes Barbosa. Prevenção da sífilis congênita pelo enfermeiro na estratégia saúde da família- Março/2015.
- Valéria Silva de Mello; Rosângela da Silva Santos II. A sífilis congênita no olhar da enfermagem – Novembro/2015.
- Marcelo KCFR, Barreto CA. Enfermagem forense sobre a regulamentação no Brasil. Saúde Foco (Amparo). [Internet]. 2019 [acesso em 2020 mar 20];11:1109–19. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2019/05/050_ENFERMAGEM-FORENSE.pdf